



CAMBUCI S.A. - CNPJ 61.088.894/0001-08 - COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 4º TRIMESTRE DE 2025

São Paulo, 12 de março de 2026 - A CAMBUCI S.A. (BM&FBOVESPA: CAMB3), divulga hoje os resultados do 4º trimestre e do exercício de 2025. As informações financeiras são apresentadas de forma consolidada e foram preparadas de acordo com as normas do IFRS - *International Financial Reporting Standards* e as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis à Companhia.

B3: CAMB3

Cotação de fechamento

R\$ 9,97 por ação

(em 30/12/2025)

Valor de mercado

R\$ 417,1 milhões

(em 30/12/2025)

Valor patrimonial

R\$ 305,5 milhões

Contato RI

Roberto Estefano - Diretor de RI

ri@cambuci.com.br

ri.cambuci.com.br

+55 11 4713-9500

DESTAQUES DO TRIMESTRE E DO EXERCÍCIO

- **Receita Líquida de R\$ 80,0 milhões no 4T25** vs. R\$ 90,6 milhões no 4T24, redução de 11,7%. R\$ 383,1 milhões em 2025 vs. R\$ 437,9 milhões em 2024, redução de 12,5%.
- **Margem Bruta de 48,4% no 4T25** vs. 47,1% no 4T24, aumento de 1,3 p.p. 48,9% em 2025 vs. 49,5% em 2024, redução de 0,6 p.p.
- **EBITDA de R\$ 12,6 milhões no 4T25** vs. R\$ 15,4 milhões no 4T24, **com margem de 15,8%**, redução de 1,2 p.p. Em 2025 a margem alcançou 21,4%, redução de 3,4 p.p.
- **Lucro antes do IRPJ/CSLL (EBT) de R\$ 11,2 milhões no 4T25 vs. R\$ 13,7 milhões no 4T24**, redução de 18,2%. Em 2025 o indicador atingiu R\$ 74,1 milhões, redução de 25,5% em relação a 2024.
- **Lucro Líquido de R\$ 12,1 milhões no 4T25** vs. R\$ 9,7 milhões no 4T24, aumento de 24,7%. **Margem líquida de 15,1% no 4T25** vs. 10,7% no 4T24, com aumento de 4,4 p.p. Em 2025 o indicador atingiu R\$ 68,4 milhões vs. R\$ 76,4 milhões em 2024, a margem líquida atingiu 17,9% vs. 17,4% em 2024, avanço de 0,5 p.p.
- **Geração operacional de caixa de R\$ 80,8 milhões em 2025 e caixa líquido de R\$ 65,4 milhões, 61,9% superior a 2024.**
- **Índice de liquidez corrente de 3,81 vezes, 35,3% superior a 2024.**
- **Redução de 21,5% nos estoques vs. final de 2024.**
- **Investimento de R\$ 13,5 milhões em 2025.**
- **Distribuição de R\$ 44,1 milhões de dividendos e JCP em 2025.**

Indicadores de Resultados R\$ Milhões	4T25	4T24	4T25 vs. 4T24	2025	2024	2025 vs. 2024
Receita Líquida	80,0	90,6	-11,7%	383,1	437,9	-12,5%
Lucro Bruto	38,7	42,7	-9,4%	187,3	216,6	-13,5%
Margem Bruta	48,4%	47,1%	1,3 p.p.	48,9%	49,5%	-0,6 p.p.
SG&A	(33,7)	(30,8)	9,4%	(124,1)	(120,1)	3,3%
SG&A %	-42,1%	-34,0%	-8,1 p.p.	-32,4%	-27,4%	-5,0 p.p.
EBITDA	12,6	15,4	-18,2%	82,1	108,5	-24,3%
Margem EBITDA	15,8%	17,0%	-1,2 p.p.	21,4%	24,8%	-3,4 p.p.
EBT	11,2	13,7	-18,2%	74,1	99,5	-25,5%
Margem EBT	14,0%	15,1%	-1,1 p.p.	19,3%	22,7%	-3,4 p.p.
IRPJ/CSLL	0,8	(4,0)	-120,0%	(5,7)	(23,1)	-75,3%
IRPJ/CSLL % EBT	7,1%	-29,2%	36,3 p.p.	-7,7%	-23,2%	15,5 p.p.
Lucro Líquido	12,1	9,7	24,7%	68,4	76,4	-10,5%
Margem Lucro Líquido	15,1%	10,7%	4,4 p.p.	17,9%	17,4%	0,5 p.p.
Nº de Ações em Circulação (milhões)	41,840	41,840	–	41,840	41,840	–
Lucro por Ação (R\$/ação)	0,2892	0,2318	–	1,6368	1,8264	–

1. COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2025, apesar de um ambiente de negócios mais desafiador, que impactou negativamente a receita, a Companhia adotou medidas estratégicas voltadas ao fortalecimento de seus fundamentos operacionais e financeiros, com ênfase na geração de caixa, otimização da gestão de estoques, reforço da liquidez e intensificação da exposição da marca Penalty. Além disso, deu início a um amplo projeto de planejamento estratégico para os próximos 5 anos, com o objetivo de dobrar seu faturamento ao fim deste período.

Dados do varejo de 2025, divulgados pelo IBGE, mostram a perda de fôlego da economia brasileira no período. As vendas aumentaram 1,6% comparado ao ano anterior, bem abaixo do registrado em 2024, quando as vendas ficaram 4,1% acima do ano anterior. A taxa Selic tem se mantido em 15,0% a.a. desde junho de 2025, maior patamar dos últimos 20 anos, com impacto relevante sobre crédito e consumo.

No exercício 2025, o dólar registrou queda de 11% frente ao real em razão de dois fatores, primeiro por um movimento global de enfraquecimento do dólar e segundo por conta do enorme diferencial de taxas de juros entre o Brasil e os demais países, fazendo com que haja um significativo fluxo de entrada de divisas. Essa apreciação do real, conforme já citado em releases de trimestres anteriores, reduz por um lado os custos com importação de matérias-primas e produtos acabados e aumenta, por outro lado, a competitividade de concorrentes importadores, principalmente em produtos mais baratos, que estão na base da pirâmide. A Companhia, nesse contexto, busca amenizar esses efeitos concorrenciais, ajustando sua relação entre produção própria e importação.

A receita líquida, dado o contexto econômico mais desafiador que se intensificou no segundo semestre de 2025, sofreu redução de 11,7% no 4T25 vs. o 4T24. No ano, a redução foi de 12,5% frente a 2024. Em 2025 constatamos ainda um arrefecimento da prática futebol, sem indícios, no entanto, tratar-se ser uma mudança estrutural de mercado. A expectativa é a de revigorar esta prática em 2026, principalmente pela realização da Copa do Mundo FIFA de futebol.

A margem bruta atingiu 48,4% no 4T25 vs. 47,1% no 4T24, avanço de 1,3 p.p. Em 2025, a margem alcançou 48,9% vs. 49,5% em 2024, leve redução de 0,6 p.p. A manutenção de margens elevadas é resultado de um trabalho permanente de melhoria na eficiência de produção, pesquisa e desenvolvimento de materiais, gestão de estoques e de política comercial e de precificação orientadas à lucratividade do negócio.

A margem EBITDA apresentou redução de 1,2 p.p. no 4T25 vs. o 4T24 e de 3,4 p.p. em 2025 vs. 2024 (15,8% no 4T25 vs. 17,0% no 4T24 e 21,4% em 2025 vs. 24,8% em 2024. A redução na margem EBITDA está relacionada diretamente a despesas não variáveis, majoritariamente administrativas, que acabam se tornando mais significativas em relação ao resultado quando há redução no montante de receitas. As iniciativas da administração voltadas a melhoria de processos operacionais, controle de despesas e manutenção de margens brutas elevadas colaboram significativamente para amenizar os efeitos do menor nível de receitas sobre a margem EBITDA.

O lucro antes do IRPJ/CSLL (EBT) recuou 18,2% no 4T25 vs. o 4T24 e 25,5% em 2025 vs. 2024. O resultado está ligado substancialmente aos mesmos fatores que afetaram o EBITDA, com exceção do resultado financeiro, que apresentou avanço de R\$ 1,2 milhões em 2025 vs. 2024 em razão do crescente excedente de caixa aplicado em instrumentos financeiros cujas taxas estão em patamares bastante elevados por conta da trajetória da taxa Selic.

O lucro líquido do 4T25 avançou 24,7% vs. o 4T24. No ano, houve redução de 10,5% em relação a 2024. A redução no lucro líquido de 2025 foi suavizada pela menor incidência de IRPJ/CSLL no período, em decorrência de subvenções para investimento, pesquisa e desenvolvimento as quais a Companhia está habilitada.

A geração operacional de caixa alcançou R\$ 80,8 milhões em 2025, os investimentos atingiram R\$ 13,5 milhões e foram distribuídos R\$ 44,1 milhões em remuneração aos acionistas. Após todas as destinações, houve um aumento de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 23,7 milhões. O saldo em caixa e equivalentes de caixa, ao final de 2025, foi R\$ 67,5 milhões, 61,9% maior quando comparado a 2024. O saldo de caixa de 2025 é suficiente para liquidar todo o passivo circulante e não circulante da Companhia. A liquidez corrente atingiu a relação de 3,81x vs. 2,82x em 2024.

A solidez financeira da Companhia emerge de um conjunto consistente de práticas de gestão, disciplina de capital e cultura organizacional que estão orientadas à geração de valor, entre elas: gestão austera de custos e despesas, manutenção de baixos níveis de estoques, portfólio de produtos e política comercial alinhados à lucratividade, controle permanente de prazos médios de pagamentos e recebimentos e análise rigorosa de crédito.

A administração espera um 2026 desafiador, mas melhor que 2025. O cenário econômico deve apresentar melhorias progressivas, mas lentas, no decorrer do ano. A execução e maturação das ações do plano estratégico de crescimento em conjunto com as ações permanentes de gestão prometem trazer resultados consistentes no decorrer de 2026.

2. PLANO DE CRESCIMENTO DE CINCO ANOS

A Companhia contratou, em 2025, a empresa de consultoria Heartman House, para apoiar a administração no planejamento estratégico para os próximos cinco anos, visando dobrar o faturamento ao final desse período.

O projeto compreende três etapas, são elas:

• Reestruturação organizacional

A consultoria realizou uma revisão abrangente da estrutura organizacional, com o objetivo de identificar oportunidades de melhoria e propôs ajustes na composição das equipes, preparando a Cambuci para sustentar um ciclo de crescimento acelerado nos próximos anos. Esta etapa já está implantada.

• Levantamento de dados e estudos de mercado

Nesta etapa, foram realizados levantamentos detalhados sobre o negócio, estudos de mercado e análises comparativas, com o objetivo de identificar oportunidades de expansão e definir os caminhos mais adequados para o crescimento sustentável da Companhia. Esta etapa já foi concluída.

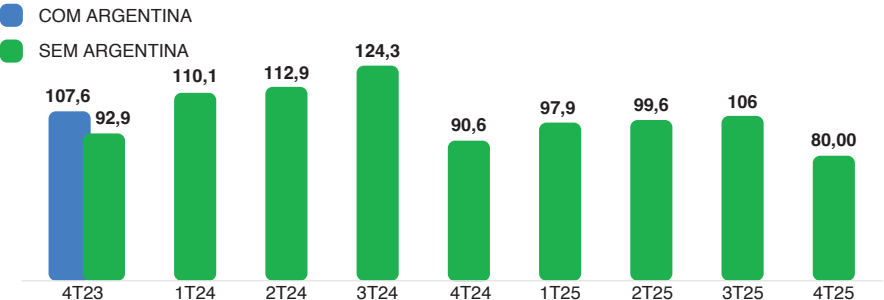
• Execução das ações

Com as duas etapas anteriores concluídas e um profundo diagnóstico da situação atual e desafios da Companhia, foram traçadas diretrizes e planos de ação e constituído um comitê para apoiar e acompanhar a execução desses planos a partir de março de 2026. Também foram criados indicadores para a mensuração da convergência das ações ao plano estratégico de crescimento com atualização em tempo real, permitindo ajustes dinâmicos de rota e proporcionando uma visão ampla dos impactos mercadológicos e financeiros das ações executadas.

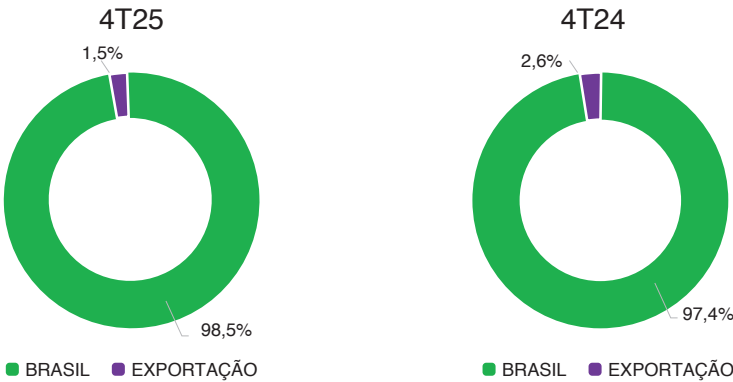
3. RECEITA OPERACIONAL

RECEITA LÍQUIDA

Receita Líquida por Período (R\$ milhões)



Composição do Faturamento



4. DESEMPENHO FINANCEIRO

4.1 Lucro Bruto

Lucro Bruto R\$ Milhões	4T25	4T24	4T25 vs. 4T24	2025	2024	2025 vs. 2024
Receita Líquida	80,0	90,6	-11,7%	383,1	437,9	-12,5%
Custo dos Produtos Vendidos	(41,3)	(47,9)	-13,8%	(195,8)	(221,3)	-11,5%
Lucro Bruto	38,7	42,7	-9,4%	187,3	216,6	-13,5%
% da receita líquida	48,4%	47,1%	1,3 p.p.	48,9%	49,5%	-0,6 p.p.

O lucro bruto recuou 9,4% no 4T25 vs. o 4T24 e 13,5% em 2025 vs. 2024. A redução no lucro bruto está relacionada diretamente ao menor nível de faturamento no período. A margem bruta avançou 1,3 p.p. no 4T25 vs. o 4T24 e recuou 0,6 p.p. em 2025 vs. 2024. As ações da administração voltadas a gestão de giro de estoques, austeridade com custos e despesas de fabricação, política de preços e portfólio garantiram a manutenção de margens elevadas em todos os trimestres, com pequenas variações ocorrendo por conta de oscilações naturais no mix de clientes e produtos.

4.2 Despesas com Vendas, G&A

a) Despesas com Vendas

Despesas com Vendas R\$ Milhões	4T25	4T24	4T25 vs. 4T24	2025	2024	2025 vs. 2024
Despesas com Vendas	(21,6)	(20,6)	4,9%	(78,7)	(80,0)	-1,6%
% da receita líquida	-27,0%	-22,7%	-4,3 p.p.	-20,5%	-18,3%	-2,2 p.p.

Houve aumento de 4,9% nas despesas com vendas no 4T25 vs. o 4T24 e redução de 1,6% em 2025 vs. 2024. A aceleração do 4T25 está relacionada principalmente ao maior volume de comissões em canais digitais, e despesas com marketing e trade marketing. Em 2025, o recuo está ligado as despesas variáveis que se reduziram com o menor volume de receitas.

b) Despesas Gerais e Administrativas

Despesas Gerais e Administrativas R\$ Milhões	4T25	4T24	4T25 vs. 4T24	2025	2024	2025 vs. 2024
Despesas Gerais e Administrativas	(12,1)	(10,2)	18,6%	(45,4)	(40,1)	13,2%
% da receita líquida	-15,1%	-11,3%	-3,8 p.p.	-11,9%	-9,2%	-2,7 p.p.

No 4T25 houve um aumento de 18,6% vs. o 4T24 e em 2025, houve um aumento de 13,2% em relação a 2024. Esse avanço, conforme destacado em publicações trimestrais anteriores, está relacionado a contratação de serviços voltados a modernização e segurança da infraestrutura de dados, serviços de consultoria para planejamento estratégico e aumento da depreciação em virtude dos investimentos.

4.3 Resultado Financeiro

Resultado Financeiro R\$ Milhões	4T25	4T24	4T25 vs. 4T24	2025	2024	2025 vs. 2024
Receitas Financeiras	2,6	3,3	-21,2%	10,5	7,7	36,4%
Juros e atualização monetária	2,5	2,8	-10,7%	9,3	6,1	52,5%
Outras receitas	0,1	0,5	-80,0%	1,2	1,6	-25,0%
Despesas Financeiras	(0,9)	(2,1)	-57,1%	(4,3)	(4,3)	0,0%
Juros s/empréstimos e financiamentos	(0,1)	(0,2)	-50,0%	(0,3)	(0,6)	-50,0%
Outras despesas	(0,8)	(1,9)	-57,9%	(4,0)	(3,7)	8,1
Variação cambial líquida	0,2	0,6	-66,7%	(0,5)	1,0	-150,0%
Resultado Financeiro Líquido	1,9	1,8	5,6%	5,7	4,4	29,5%

O resultado financeiro líquido foi positivo, avançando 5,6% no 4T25 vs. o 4T24 e 29,5% em 2025 vs. 2024. O resultado positivo reflete, de um lado, a rentabilização do caixa excedente por meio de aplicações em instrumentos financeiros e, de outro, a efetividade das práticas de gestão financeira adotadas pela Companhia, incluindo o rigoroso controle de crédito, a gestão da inadimplência e a otimização dos prazos operacionais de pagamento e recebimento.

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>



★ continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 4º TRIMESTRE DE 2025

4.4 Resultado Líquido

Resultado Líquido R\$ Milhões	4T25	4T24	4T25 vs. 4T24	2025	2024	2025 vs. 2024
Lucro Líquido	12,1	9,7	24,7%	68,4	76,4	-10,5%
Margem líquida	15,1%	10,7%	4,4 p.p.	17,9%	17,4%	0,5 p.p.

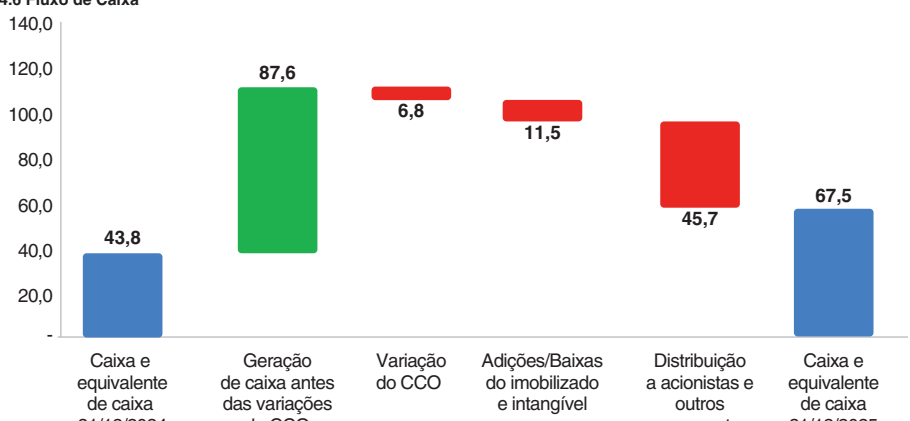
O lucro avançou 24,7% no 4T25 vs. o 4T24 e recuou 10,5% em 2025 vs. 2024. O aumento no 4T25 está relacionado principalmente a ganhos de redução de IRPJ/CSLL advindos de subvenções para investimentos. A redução anual é explicada pelo menor nível de atividade operacional do exercício, com a receita líquida recuando 12,5%.

4.5 EBITDA

Ebitda R\$ Milhões	4T25	4T24	4T25 vs. 4T24	2025	2024	2025 vs. 2024
Lucro líquido	12,1	9,7	24,7%	68,4	76,4	-10,5%
(+) Depreciações e amortizações	3,2	3,5	-8,6%	13,7	13,4	2,2%
(+/-) Resultado financeiro	(1,9)	(1,8)	5,6%	(5,7)	(4,4)	29,5%
(+/-) IR/CSLL	(0,8)	4,0	-120,0%	5,7	23,1	-75,3%
EBITDA	12,6	15,4	-18,2%	82,1	108,5	-24,3%
Margem EBITDA	15,8%	17,0%	-1,2 p.p.	21,4%	24,8%	-3,4 p.p.

A redução do EBITDA no 4T25 vs. o 4T24 e de 2025 vs. 2024 é explicada pela menor receita líquida em 2025 e por uma menor diluição das despesas fixas. A margem EBITDA, nesse contexto, sofreu redução de 1,2 p.p. no 4T25 vs o 4T24 e de 3,4 p.p. em 2025 vs. 2024.

4.6 Fluxo de Caixa



Em 2025 a Companhia gerou R\$ 80,8 milhões de caixa nas atividades operacionais (após variação do capital circulante operacional), distribuiu R\$ 25,0 milhões em dividendos intercalares e R\$ 19,1 milhões em juros sobre capital próprio (JCP). Além disso, investiu R\$ 11,5 milhões. Após essas movimentações, o caixa foi incrementado em R\$ 23,7 milhões frente ao saldo de dezembro de 2024.

4.7 Caixa Líquido

Caixa Líquido R\$ Milhões	31/12/2025	31/12/2024	Variação
(-) Empréstimos e financiamentos	2,1	3,4	-38,2%
Curto prazo	1,2	1,4	-14,3%
Longo prazo	0,9	2,0	-55,0%
(+) Caixa e equivalentes de caixa	67,5	43,8	54,1%
Curto prazo	67,5	43,8	54,1%
Caixa líquido	65,4	40,4	61,9%

O caixa líquido avançou 61,9% em 2025 comparado ao final de 2024. A dívida bruta foi reduzida em 38,2%. A posição de caixa em 2025 é suficiente para liquidar todo o passivo circulante e não circulante da Companhia, reforçando seus sólidos fundamentos financeiros.

4.8 Estoques

Estoques R\$ Milhões	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Estoques	28,1	35,8	-21,5%

A redução de 21,5% nos estoques em 2025 está em linha com a estratégia da Companhia de manter reduzida a necessidade de capital de giro e é coerente com o menor volume de receitas do período. A Companhia é capaz de adequar rapidamente seus níveis de estoques para atender aumentos na demanda.

5. BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

Balanço Patrimonial - Consolidado IFRS R\$ Milhões	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Total	372,7	368,9
Ativo Circulante	185,6	174,3
Caixa e equivalentes de caixa	67,5	43,8
Contas a receber	75,7	80,0
Estoques	28,1	35,8
Tributos a recuperar	5,8	6,3
Despesas pagas antecipadamente	2,0	2,2
Demais contas a receber	6,5	6,2
Ativo Não Circulante	187,1	194,6
Contas a receber	1,1	1,6
Depósitos judiciais	1,1	4,3
Tributos a recuperar	9,6	13,8
Despesas pagas antecipadamente	0,1	–
Demais contas a receber	51,5	51,0
Propriedade para investimento	71,2	69,2
Outros investimentos	0,4	2,4
Imobilizado	47,1	46,0
Direito de uso	3,3	4,5
Intangível	1,7	1,8
Passivo Total	372,7	368,9
Passivo Circulante	48,7	61,9
Fornecedores	15,4	14,2
Empréstimos e financiamentos	1,0	1,3
Dividendos e juros sobre capital próprio	0,2	0,1
Obrigações sociais e trabalhistas	12,3	14,3
Obrigações fiscais	10,2	16,8
Demais contas a pagar	9,6	15,2
Passivo Não Circulante	18,5	25,7
Empréstimos e financiamentos	0,9	2,0
Obrigações fiscais	2,4	6,3
Provisão para demandas judiciais	12,5	13,2
Demais contas a pagar	2,7	4,2
Patrimônio líquido	305,5	281,3
Capital social	249,8	205,1
Reserva de capital	0,2	0,3
Reserva legal	16,4	13,0
Reserva de incentivos fiscais	20,7	44,7
Ajustes de avaliação patrimonial	19,7	19,6
Outros resultados abrangentes	(1,3)	(1,4)

6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - CONSOLIDADO

Demonstração do Resultado R\$ Milhões	Acumulado em	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	383,1	437,9
Custo dos produtos vendidos	(195,8)	(221,3)
Lucro bruto	187,3	216,6
Despesas com vendas	(78,7)	(80,0)
Despesas gerais e administrativas	(45,4)	(40,1)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5,2	(1,3)
	(118,9)	(121,4)
Lucro operacional	68,4	95,2
Despesas financeiras	(5,5)	(5,2)
Receitas financeiras	11,2	9,6
	5,7	4,4
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	74,1	99,5
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(5,7)	(23,1)
Lucro líquido antes da participação dos não controladores	68,4	76,4
Lucro líquido do exercício	68,4	76,4

7. FLUXO DE CAIXA

Demonstração do Fluxo de Caixa R\$ Milhões	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	68,4	76,4
Ajustes p/reconciliar o resultado do exercício c/recursos provenientes de atividades operacionais:		
Impostos sobre o Lucro	5,7	23,1
Depreciação e amortização	13,7	13,4
Variação cambial	0,2	0,5
Plano de opções de ações	(0,1)	0,7
(Reversão) provisão para demandas judiciais	(0,7)	(0,7)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(0,8)	(3,1)
(Reversão) provisão para estoques obsoletos	(0,2)	(0,2)
(Reversão) provisão para descontos condicionais	1,7	–
Valor residual de imobilizado e intangível baixados	–	0,3
Provisão premiação por atingimento de resultado	1,5	8,0
Valor justo - propriedade para investimento	(2,0)	(1,3)
Juros s/empréstimos, financiamentos e tributos	0,2	0,4
	87,6	117,5
Redução/aumento nos ativos e passivos:		
Contas a receber	3,9	4,3
Tributos a recuperar	(1,0)	(11,5)
Estoques	7,9	(6,4)
Despesas pagas antecipadamente	0,2	–
Demais contas a receber	(1,0)	(2,2)
Depósitos judiciais	3,1	–
Obrigações sociais e trabalhistas	(2,0)	4,5
Fornecedores	1,2	(0,1)
Obrigações fiscais	(10,5)	(10,8)
Juros sobre capital próprio e dividendos	0,1	0,2
Demais contas a pagar	(8,7)	(9,2)
	(6,8)	(31,2)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	80,8	86,3
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao imobilizado e intangível	(13,5)	(23,7)
Adições outros investimentos	2,0	(1,9)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(11,5)	(25,6)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos captados	–	0,1
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1,3)	(6,3)
Juros pagos	(0,1)	(1,2)
Dividendos intermediários pagos	(25,0)	(18,8)
Recompra de ações/transferências	–	(1,1)
Juros sobre capital próprio pagos	(19,1)	(9,1)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(45,5)	(36,4)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	23,7	24,3
Disponibilidades no início do exercício	43,8	19,5
Disponibilidades no final do exercício	67,5	43,8
	23,7	24,3

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia adota postura ética, responsável e transparente na condução de seus negócios e busca aperfeiçoar constantemente seus padrões de Governança Corporativa de acordo com as melhores práticas do mercado, tendo como principal objetivo preservar os direitos dos seus acionistas por meio de um tratamento equitativo, claro e aberto. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de aperfeiçoar e preservar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade, buscando observar e se atentar aos preceitos de ESG.

9. SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao item 9 do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 2022, a Companhia declara que não contratou outros serviços da Macso Legate Auditores Independentes, além daqueles relacionados à auditoria independente durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As informações contábeis da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS- *International Financial Reporting Standards*, e são parte das demonstrações financeiras.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de trabalho por parte dos auditores independentes.

10. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em conformidade às disposições constantes no artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80 de 2022, declaramos que a diretoria revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Cambuci S.A. e com a opinião do relatório dos auditores independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



★ continuação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CAMBUCI S.A. PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL											
ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		397.115	379.463	372.970	368.932	CIRCULANTE		397.115	379.463	372.970	368.932
Caixa e equivalentes de caixa	8	176.132	164.240	185.822	174.302	Fornecedores		38.582	47.732	48.788	61.907
Contas a receber	9	66.562	42.403	67.531	43.844	Empréstimos e financiamentos	19	14.561	13.855	15.414	14.242
Estoques	10	74.585	78.695	75.723	79.981	Dividendos e juros sobre capital próprio	20	1.048	1.254	1.048	1.254
Tributos a recuperar	12	25.093	33.851	28.137	35.819	Obrigações sociais e trabalhistas	21	160	87	160	87
Despesas pagas antecipadamente	13	5.625	5.096	5.847	6.265	Obrigações fiscais	22	11.783	13.722	12.344	14.333
Demais contas a receber	14	2.042	2.232	2.042	2.234	Demais contas a pagar	23	3.085	5.387	10.185	16.770
NÃO CIRCULANTE		2.225	1.963	6.542	6.159	NÃO CIRCULANTE		7.945	13.427	9.637	15.221
Contas a receber	9	220.983	215.223	187.148	194.630	Empréstimos e financiamentos	19	52.964	50.429	18.612	25.722
Depósitos judiciais	24	1.055	1.617	1.055	1.617	Obrigações fiscais	22	924	1.979	924	1.979
Partes relacionadas	11	1.125	4.261	1.125	4.263	Provisão para perdas em controladas	16	226	710	2.439	6.347
Tributos a recuperar	12	69.986	60.560	—	—	Provisão para demandas judiciais	24	22.098	20.803	—	—
Despesas pagas antecipadamente	13	9.576	13.813	9.576	13.813	Partes relacionadas	11	12.509	13.168	12.509	13.168
Demais contas a receber	14	54	18	54	18	Demais contas a pagar	23	17.199	13.555	—	—
Investimentos em controladas	16	211	211	51.630	50.984	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25	8	214	2.740	4.228
Propriedades para investimento	15	94.188	88.167	—	—	Capital social		305.569	281.302	305.570	281.303
Outros investimentos		—	—	71.178	69.165	Reserva de capital		249.798	205.118	249.798	205.118
Imobilizado	17	389	2.381	389	2.381	Reserva legal		228	321	228	321
Direito de uso	17.1	42.823	42.512	47.108	46.020	Reserva de incentivos fiscais		16.430	13.010	16.430	13.010
Intangível	18	17	24	3.327	4.537	Ajustes de avaliação patrimonial		20.738	44.680	20.738	44.680
		1.559	1.659	1.706	1.832	Outros resultados abrangentes		19.642	19.642	19.642	19.642
						Participação de acionistas não controladores em controladas		(1.267)	(1.469)	(1.267)	(1.469)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras								—	—	1	1

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Exercício findo em		Exercício findo em	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	27	371.734	430.167	383.122	437.894
Custo dos produtos vendidos	31	(195.821)	(221.329)	(195.806)	(221.267)
Lucro bruto		175.913	208.838	187.316	216.627
Despesas com vendas	31	(67.345)	(70.991)	(78.659)	(80.044)
Despesas gerais e administrativas	31	(45.063)	(39.482)	(45.424)	(40.103)
Resultado de equivalência patrimonial	16	4.371	691	—	—
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	(965)	(5.571)	5.192	(1.339)
		(109.002)	(115.353)	(118.891)	(121.486)
Lucro operacional		66.911	93.485	68.425	95.141
Despesas financeiras	30	(3.875)	(3.039)	(5.515)	(5.168)
Receitas financeiras	30	10.485	8.687	11.174	9.576
		6.610	5.648	5.659	4.408
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		73.521	99.133	74.084	99.549
Imposto de renda e contribuição social do exercício	32	(5.131)	(22.715)	(5.694)	(23.132)
Lucro líquido antes da participação dos não controladores		68.390	76.418	68.390	76.417
Atribuível aos acionistas não controladores		—	—	—	1
Lucro líquido do exercício		68.390	76.418	68.390	76.418
Lucro básico por ação	ON	1,63458	1,82644	1,63458	1,82644
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE					
		Controladora		Consolidado	
		Exercício findo em		Exercício findo em	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		68.390	76.418	68.390	76.418
Outros resultados abrangentes:					
Ajuste de conversão de moeda estrangeira		205	2.999	205	2.999
Efeito da aplicação do CPC42/IAS 29		(3)	(2.535)	(3)	(2.535)
Total de outros resultados abrangentes		202	464	202	464
Total do resultado abrangente do exercício		68.592	76.882	68.592	76.882
Atribuído a sócios da Companhia controladora				68.592	76.881
Atribuído a sócios não controladores				—	1
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES					
Lucro líquido do exercício		68.390	76.418	68.390	76.418
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Impostos sobre o lucro		5.131	22.715	5.694	23.132
Depreciação e amortização		12.100	12.060	13.659	13.396
Resultado da equivalência patrimonial		(4.371)	(691)	—	—
Plano de opções de ações		(93)	650	(93)	650
(Reversão) provisão para demanda judicial		(659)	(701)	(659)	(701)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		(761)	(1.135)	(825)	(3.137)
Provisão descontos clientes		1.724	—	1.724	—
(Reversão) provisão para estoques obsoletos		(200)	(118)	(200)	(218)
Juros s/empréstimos, financiamentos e tributos		225	400	225	400
Variação cambial		(153)	828	202	460
Provisão premiação por atingimento de resultado		1.480	7.969	1.480	7.969
Valor residual de imobilizado e intangível baixados		38	196	44	476
Valor justo - Propriedade para investimento		—	—	(2.013)	(1.306)
		82.851	118.591	87.628	117.539
Redução/aumento nos ativos e passivos					
Contas a receber		3.708	1.742	3.920	4.312
Tributos a recuperar		(1.423)	(11.212)	(1.038)	(11.527)
Estoques		8.958	(5.174)	7.882	(6.350)
Despesas pagas antecipadamente		155	(30)	156	(26)
Demais contas a receber		(262)	(102)	(1.029)	(2.245)
Depósitos judiciais		3.136	8	3.138	8
Partes relacionadas		(5.782)	(11.299)	—	—
Obrigações sociais e trabalhistas		(1.939)	4.355	(1.989)	4.510
Fornecedores		706	(273)	1.172	(59)
Obrigações fiscais		(2.785)	(3.569)	(10.493)	(10.831)
Juros sobre capital próprio e dividendos		73	56	73	56
Demais contas a pagar		(7.170)	(12.917)	(8.554)	(9.099)
		(2.625)	(38.415)	(6.762)	(31.251)
		80.226	80.176	80.866	86.288
Recursos Líquidos Provenientes das Atividades Operacionais					
Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Investimentos					
Adições ao imobilizado e intangível		(12.342)	(17.317)	(13.454)	(23.668)
Adições outros investimentos		1.992	(1.855)	1.992	(1.855)
		(10.350)	(19.172)	(11.462)	(25.523)
Recursos Líquidos Provenientes das Atividades de Investimento					
Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades de Financiamento					
Empréstimos e financiamentos captados		—	130	—	130
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(1.289)	(5.996)	(1.289)	(6.363)
Juros pagos		(196)	(1.144)	(196)	(1.144)
Recompra de ações/transferências		—	(1.143)	—	(1.143)
Juros sobre capital próprio pagos		(19.128)	(9.065)	(19.128)	(9.065)
Dividendos intermediários pagos		(25.104)	(18.852)	(25.104)	(18.852)
		(45.717)	(36.070)	(45.717)	(36.438)
Recursos Líquidos Provenientes das Atividades de Financiamento		24.159	24.934	23.687	24.327
Aumento (redução) no caixa e equivalentes		42.403	17.469	43.844	19.517
Disponibilidades no início do exercício		66.562	42.403	67.531	43.844
Disponibilidades no final do exercício		24.159	24.934	23.687	24.327
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
									Controladora
	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Reserva de Lucros Incentivos Fiscais	Lucros Acumulados	Resultado Abrangente Ajuste Avaliação Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido	
Em 31 de dezembro de 2023	45.937	814	9.189	159.181	—	19.642	(1.933)	232.830	
Ajuste de conversão moeda estrangeira	—	—	—	—	—	—	2.999	2.999	
Constituição de reservas	—	—	3.821	44.680	(48.501)	—	—	—	
Outorga de opções de ações	—	650	—	—	—	—	—	650	
Aumento de capital	159.181	—	—	(159.181)	—	—	—	—	
Ações em tesouraria - transferidas	—	(1.202)	—	—	—	—	—	(1.202)	
Ações em tesouraria adquiridas	—	59	—	—	—	—	—	59	
Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	—	—	—	—	—	—	(2.535)	(2.535)	
Juros sobre capital próprio	—	—	—	—	(9.065)	—	—	(9.065)	
Dividendos intermediários	—	—	—	—	(18.852)	—	—	(18.852)	
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	76.418	—	—	76.418	
Em 31 de dezembro de 2024	205.118	321	13.010	44.680	—	19.642	(1.469)	281.302	
Ajuste de conversão moeda estrangeira	—	—	—	—	—	—	205	205	
Constituição de reservas	—	—	3.420	20.738	(24.158)	—	—	—	
Outorga de opções de ações	—	(93)	—	—	—	—	—	(93)	
Aumento de capital	44.680	—	—	(44.680)	—	—	—	—	
Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	—	—	—	—	—	—	(3)	(3)	
Juros sobre capital próprio	—	—	—	—	(19.128)	—	—	(19.128)	
Dividendos intermediários	—	—	—	—	(25.104)	—	—	(25.104)	
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	68.390	—	—	68.390	
Em 31 de dezembro de 2025	249.798	228	16.430	20.738	—	19.642	(1.267)	305.569	

									Consolidado
	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Reserva de Lucros Incentivos Fiscais	Lucros Acumulados	Resultado Abrangente Ajustes Acumulados de Conversão	Participação dos Acionistas da Companhia	Participação dos Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2023	45.937	814	9.189	159.181	—	19.642	(1.933)	232.830	232.830
Ajuste de conversão moeda estrangeira	—	—	—	—	—	—	2.999	2.999	2.999
Outorga de opções de ações	—	650	—	—	—	—	—	650	650
Aumento de capital	159.181	—	—	(159.181)	—	—	—	—	—
Ações em tesouraria adquiridas	—	(1.202)	—	—	—	—	(1.202)	—	(1.202)
Ações em tesouraria - transferidas	—	59	—	—	—	—	59	—	59
Constituição de reservas	—	—	3.821	44.680	(48.501)	—	—	—	—
Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	—	—	—	—	—	(2.535)	(2.535)	—	(2.535)
Juros sobre capital próprio	—	—	—	—	(9.065)	—	(9.065)	—	(9.065)
Dividendos intermediários	—	—	—	—	(18.852)	—	(18.852)	—	(18.852)
Participação de acionistas não controladores	—	—	—	—	—	—	—	(1)	(1)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	76.418	—	76.418	—	76.418
Em 31 de dezembro de 2024	205.118	321	13.010	44.680	—	19.642	(1.469)	281.302	281.302
Ajuste de conversão moeda estrangeira	—	—	—	—	—	—	205	205	205
Outorga de opções de ações	—	(93)	—	—	—	—	(93)	—	(93)
Aumento de capital	44.680	—	—	(44.680)	—	—	—	—	—
Constituição de reservas	—	—	3.420	20.738	(24.158)	—	—	—	—
Juros sobre capital próprio	—	—	—	—	(19.128)	—	(19.128)	—	(19.128)
Dividendos intermediários	—	—	—	—	(25.104)	—	(25.104)	—	(25.104)
Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	—	—	—	—	—	(3)	(3)	—	(3)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	68.390	—	68.390	—	68.390
Em 31 de dezembro de 2025	249.798	228	16.430	20.738	—	19.642	(1.267)	305.569	305.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua



★ continuação									
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO									
	Controladora		Consolidado						
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024					
Receitas					Distribuição do valor adicionado				
Vendas de mercadorias e produtos (líquido de devoluções)	428.502	497.755	443.857	507.111	Pessoal				
Outras receitas	5.516	5.204	12.248	10.364	Remuneração direta				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (constituição)	762	1.135	825	3.137	Benefícios				
	434.780	504.094	456.930	520.612	F.G.T.S.				
Insumos adquiridos de terceiros					Impostos, taxas e contribuições				
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	(116.723)	(133.036)	(116.707)	(132.974)	Federais				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(98.217)	(97.515)	(104.509)	(104.749)	Estaduais				
	(214.940)	(273.543)	(221.216)	(237.723)	Remuneração de capitais de terceiros				
Valor adicionado bruto	219.840	273.543	235.714	282.889	Despesas financeiras (inclui variação cambial)				
Depreciação e amortização	(12.100)	(12.060)	(13.659)	(13.396)					
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	207.740	261.483	222.055	269.493	Remuneração de capitais próprios				
Valor adicionado recebido em transferência					Juros sobre o capital próprio				
Resultado da equivalência patrimonial	4.371	691	—	—	Dividendos				
Receitas financeiras	10.485	8.687	11.174	9.576	Lucros retidos do exercício				
	14.856	9.378	11.174	9.576	Participação dos não controladores nos lucros retidos				
	222.596	270.861	233.229	279.069	Total				
Valor adicionado líquido a distribuir					Valor adicionado total distribuído				
					As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional: A Cambuci S.A. (“Cambuci” ou “Companhia”) é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo - SP, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) com o código de negociação “CAMB3”. A Companhia tem como objetivo social a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, tais como fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie, assim como a prestação de serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros, consultoria e assessoria administrativa, além da participação em outras Companhias como sócia ou acionista. A Companhia possui plantas industriais nas cidades de Itabuna e Itajuípe, ambas no Estado da Bahia, e em Bayeux, no Estado da Paraíba.

2. Relação de Entidades Controladas e Consolidadas: A Companhia não adquiriu empresas ou negócios no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As informações consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, conforme nota explicativa 5.

3. Declaração da Administração e Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: **3.1 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), em vigor em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCP 07 (R1), que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais (“R\$”), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis. Não há, em 31 de dezembro de 2025, ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuidas. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de março de 2026.

3.2 Moeda funcional e apresentação: A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras das controladas. As demonstrações financeiras de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica). Os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada sobre os investimentos em controladas no exterior, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada no processo de consolidação das informações contábeis da Companhia (*Cumulative Translation Adjustment* - “CTA”), são reconhecidos na rubrica de outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos: Na elaboração das demonstrações financeiras da Controladora e Consolidado é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras da Controladora e Consolidado incluem, portanto, estimativas referentes principalmente a provisão para impostos diferidos (Nota 12.1), seleção da vida útil do ativo imobilizado (Nota 17.a), provisões necessárias para passivos tributários, civis e trabalhistas (Nota 24), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares (Nota 26). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

3.4 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustado, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos.

4. Novas Leis, Normas, Alterações e Interpretações de Normas: As leis, normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas:

- Não esperam ter impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam;
- IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações;
- Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 - Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros;
- Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais;
- Melhorias anuais às normas contábeis IFRS - volume 11.

• Esperam ter impactos significativos na aplicação da nova norma/lei:

- IFRS 18/CPC 51 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras. A norma substituirá o IAS 1 (CPC 26 (R1)) - Apresentação de demonstrações financeiras) e propõe, entre outros, novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado do exercício, como novos totais e subtotais e a classificação das receitas e despesas distribuídas entre as categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas; além da divulgação em notas explicativas das medidas de desempenho definidas pela Administração;
- Revisão de pronunciamentos técnicos nº 28/2025 - Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51.

• Lei Complementar nº 214/2025: publicada em 16 de janeiro de 2025, regulamenta a Reforma Tributária sobre o Consumo, com período de transição entre 2026 e 2033, instituindo: • Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS e o ISS; • Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), que unificará o PIS e COFINS. Em 2026 se iniciará a cobrança da CBS (aliquota inicial de 0,9%) e IBS (aliquota inicial de 0,1%). A CBS poderá ser compensada com o PIS/COFINS devidos pelos contribuintes, portanto, inicialmente, para 2026, não haverá impactos nas demonstrações financeiras. Já a cobrança do ICMS e do ISS começará a ser reduzida em 10% ao ano até sua extinção em 2033.- Lei nº 15.270/2025: introduz, entre outros, a partir do ano-calendário de 2026, a obrigatoriedade de retenção do imposto de renda na fonte sobre lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas, que será aplicada quando o valor pago a uma mesma pessoa física residente no Brasil ultrapassar R\$50 em um único mês, com aliquota de 10%, considerada antecipação do IRPF do beneficiário. A Companhia e suas subsidiárias estão atuando na identificação dos impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas. Não existem outras Leis, normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas divulgadas pela Companhia e suas controladas.

5. Demonstrações Financeiras Consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

Participação no capital total - %				
Sede (País)		31/12/2025	31/12/2024	
Controladas Diretas				
Cambuci Importadora Ltda.	(i)	Brasil	99,99	99,99
Impar Paraguay S/A	(ii)	Paraguai	96,70	96,70
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	(i)	Brasil	99,96	99,96
Cambuci Trust S/A	(ii)	Brasil	100,00	100,00
Latinline Trade S/A	(v)	Uruguai	100,00	100,00
Penalty Argentina S/A	(iii)	Argentina	95,00	95,00
Penalty Chile S/A	(iv)	Chile	100,00	100,00

(i) Cambuci Importadora Ltda., (“Cambuci Importadora”) sediada no Espírito Santo para importações de produtos para industrialização. Está ativa, mas sem operação. A Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda. (“Impar Sports”), sediada na cidade de São Roque/SP, tem como finalidade a comercialização de artigos esportivos, de vestuário e complementos. A Cambuci Trust S/A (“Cambuci Trust”), sediada na cidade de São Roque/SP, tem como finalidade a compra, venda ou locação de imóveis próprios, bem como participação societária em outras empresas.

(ii) Impar Paraguay, sediada na Cidade de Hernandarias no Paraguai, cuja moeda funcional é o Guaraní, tem como objeto a produção, comercialização, importação e exportação de produtos esportivos e está sem operação.

(iii) Penalty Argentina S/A (“Penalty Argentina”), sediada na Cidade de Buenos Aires na Argentina, cuja moeda funcional é o Peso Argentino, tem como objeto a comercialização, importação e exportação de artigos esportivos e está sem operação.

(iv) Penalty Chile S/A (“Penalty Chile”), sediada na Cidade de Santiago no Chile, cuja moeda funcional é o Peso Chileno, tem como objeto a comercialização e importação de artigos esportivos e está sem operação.

(v) Latinline Trade S/A (“Latinline”), é uma sociedade constituída na República Oriental do Uruguai, cuja moeda funcional é o dólar, tem como objeto o desenvolvimento de atividades comerciais de vendas ao mercado asiático, através da cobrança de royalties. Os exercícios contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora. As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas controladas e são consistentes com aquelas utilizadas nas informações do período encerrado em 31 de dezembro de 2025. O processo de consolidação previsto nos pronunciamentos CPC 36 (R3)/IFRS 10 corresponde à soma das contas patrimoniais e de resultado, complementado com as seguintes eliminações: a) As participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas; b) Saldos de contas patrimoniais mantidos entre as empresas; c) Receitas e despesas decorrentes de operações comerciais e financeiras realizadas entre as empresas; e d) As parcelas do resultado do período e do ativo correspondentes aos ganhos e as perdas não realizados nas operações entre as empresas.

6. Resumo das Principais Políticas Contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão a favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) Receita de venda de mercadorias: A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) Receita financeira: As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Transações denominadas em moeda estrangeira: As controladas no exterior são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes acumulados de conversão, no patrimônio líquido da controladora. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Instrumentos financeiros:

c.1) Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias: • Instrumentos financeiros ao custo amortizado; • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber, créditos com partes relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outras contas a receber, no ativo circulante e não circulante. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Mensuração subsequente: Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Na norma contábil, a menos que um ativo financeiro tenha sido designado no momento inicial ao valor justo por meio do resultado (com o propósito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração contábil), os instrumentos de dívida devem ser classificados subsequentemente como mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com base nos seguintes itens: - No modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros; - Nas características de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros (também denominado teste de “SPJP” - Somente pagamento de principal e juros).

c.2) Passivos financeiros: Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos e fornecedores.

c.3) Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e tem-se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c.4) Impairment de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de *impairment*. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

d) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua totalidade, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao custo amortizado” (Nota 26).

e) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). As contas a receber de clientes no mercado externo não estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Informações referentes à abertura das contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 9.

f) Estoques: Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda. As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas levando em consideração o histórico de vendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos. A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

g) Investimentos: Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são

registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável. A Companhia adota como prática constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente a participação societária sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), percentual este que corresponde à sua obrigação perante o patrimônio negativo da Controlada. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, na rubrica “Provisão para perda em controladas”, tendo como contrapartida a conta de “resultado de equivalência patrimonial”.

h) Propriedade para investimento: A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

i) Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 17 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriada, ao final de cada exercício. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

j) Intangível: São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 18.

k) Redução ao valor recuperável - Impairment:

(i) Ativos financeiros não-derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • reestruturação de um valor devido à Companhia não consideradas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de uma Companhia de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros. Para fins de teste de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas “UGCs” ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única “UGC” para realizar esse teste. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, quando aplicável, a Companhia efetuou as provisões para redução ao valor recuperável de seus ativos.

l) Outros ativos e passivos: Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m) Tributação:

m.1) Imposto de renda e contribuição social: Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

n) Ajustes a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

o) Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

p) Empréstimos e financiamentos: Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

q) Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25/IAS 37 da seguinte forma: (i) ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. (ii) passivos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 24. (iii) depósitos judiciais - são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

r) Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que, saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

s) Remuneração baseada em ações: O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Companhia é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 34. O valor justo das opções de compra determinados na data da outorga de cada plano é registrado pelo método linear como despesa no resultado durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas. Na data de encerramento de cada exercício, a Administração revisa as estimativas de expectativas de ações a serem exercidas.

t) Arrendamentos: A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito e uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração, dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e, também, estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>



CAMBUCI SA
80 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
55 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

★ continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os passivos de arrendamento da Companhia estão apresentados na rubrica de “De- mais contas a pagar” (nota 23). **u) Economia hiperinflacionária:** De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demons- tração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do exercício. Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para a sua subsidiária na Argentina aplicando as regras da CPC 42/IAS 29.

7. Política de Gestão de Risco: A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro opera- cional e de programas de investimento. **a) Risco de mercado:** A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e re- moto para cada tipo de risco de mercado a que a Companhia está exposta, conforme apresentado na Nota 26.3. As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos. Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas ope- rações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolves- sem liquidá-las antecipadamente. **b) Exposição a riscos cambiais:** A política de gestão de risco de câmbio da Cambuci se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado. A Cambuci administra sua exp- osição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que de- vem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administra- ção. **c) Exposição a riscos de taxas de juros:** A Cambuci está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo (“TJLP”) e da variação do certificado de depósito interbancário (“CDI diário”). **d) Exposição a riscos de crédito:** As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido. Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Adminis- tração da Companhia constitui perdas estimadas para trazê-las ao seu valor provável de realização. **e) Riscos de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pelo Departamento de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigên- cias de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período rema- nescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser concilia- dos com os valores do balanço patrimonial.

	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Circulante e Não Circulante				
Fornecedores	15.414	—	—	15.414
Empréstimos e financiamentos	1.048	282	642	1.972
	16.462	282	642	17.386

8. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	3	4	63	62
Bancos conta movimento	63	546	750	1.622
Aplicações financeiras	66.496	41.853	66.718	42.160
	66.562	42.403	67.531	43.844

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários (“CDB”) e por cotas de fundos de investimentos DI que refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias, pos- suem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

9. Contas a Receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber no Brasil	84.114	89.565	85.132	90.732
Contas a receber no Exterior	456	438	1.370	1.415

Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

	(8.930)	(9.691)	(9.724)	(10.549)
	75.640	80.312	76.778	81.598
Circulante	74.585	78.695	75.723	79.981
Não Circulante	1.055	1.617	1.055	1.617
Total	75.640	80.312	76.778	81.598

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Títulos Vencidos - terceiros				
Até 30 dias	1.308	1.874	1.396	2.162
De 31 a 120 dias	595	1.342	623	1.593
De 121 a 180 dias	242	342	246	385
A partir de 181 dias	7.925	8.308	8.437	8.861

Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

	(8.930)	(9.691)	(9.724)	(10.549)
Total dos títulos vencidos - terceiros	1.140	2.175	978	2.452
Títulos a vencer - terceiros	74.500	78.137	75.800	79.146

Total da carteira de clientes - terceiros

	75.640	80.312	76.778	81.598
--	---------------	---------------	---------------	---------------

A movimentação do saldo de perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo da PECLD no início do exercício	(9.691)	(10.826)	(10.549)	(13.686)
Reversões do exercício	761	1.135	825	3.137
Saldo da PECLD no final do exercício	(8.930)	(9.691)	(9.724)	(10.549)

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de 50% do montante dos títulos vencidos entre 121 e 180 dias, 95% do montante dos títulos vencidos há mais de 180 dias e 100% dos títulos em cobrança judicial. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. A classificação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no resultado é apresentada em despesa com vendas. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

10. Estoques:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados	15.347	20.545	18.390	22.513
Importação em andamento	1.447	2.676	1.447	2.676
Produtos em elaboração	1.185	1.053	1.185	1.053
Matérias-primas	7.114	9.577	7.115	9.577
	25.093	33.851	28.137	35.819

Os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição de matéria-prima e produtos para revenda da Companhia. A Companhia tem como política avaliar periodicamente o giro dos estoques e, para os itens de baixa rotatividade ou obsoletos, são constituídas provisões com perdas. A movimentação das perdas estimadas para os estoques está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo da Provisão Obsolescência no início do exercício	(382)	(500)	(446)	(664)
(Provisão)	(43)	(144)	(43)	(144)
Baixas - Perdas	243	262	243	362
Saldo da Provisão Obsolescência no final do exercício	(182)	(382)	(246)	(446)

11. Partes Relacionadas: A Companhia mantém transações com partes relaciona- das durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses. As transações entre a Controladora e as suas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Não Cir- culante	Não Cir- culante	Não Cir- culante	Não Cir- culante
Transações no resultado de Janeiro a Dezembro/2025				
Compra de Mat.-Primas, Produtos acabados e serviços				
Cambuci Importadora Ltda.	54.328	—	—	—
Cambuci Trust S/A	—	17.199	—	—
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	5.070	—	27.042	10.987
Latinline TRADE S/A	2.781	—	—	—
Penalty Chile S/A	7.675	—	—	—
Penalty Argentina S/A	132	—	—	—
	69.986	17.199	27.042	10.987

	31/12/2024		31/12/2025	
	Não Cir- culante	Não Cir- culante	Não Cir- culante	Não Cir- culante
Transações no resultado de Janeiro a Dezembro/2024				
Compra de Mat.-Primas, Produtos acabados e serviços				
Cambuci Importadora Ltda.	45.477	—	—	—
Cambuci Trust S/A	—	13.555	—	—
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	5.197	—	33.213	16
Latinline TRADE S/A	2.052	—	—	—
Penalty Chile S/A	7.686	—	—	—
Penalty Argentina S/A	148	—	—	—
	60.560	13.555	33.213	16

As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de pro- dutos para abastecimento dos mercados onde estão sediadas. Os saldos com as controladas, classificados em “Partes relacionadas”, no ativo não circulante, conforme quadro acima, são referentes a conta correntes operacionais entre as empresas do Grupo. Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação. No curso dos negócios da Companhia, os acionis- tas realizam operações comerciais e financeiras entre si. Todas as operações com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados no mercado. A Companhia está de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (“Lei das S.A.”), que proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quais- quer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros ten- nam interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que partici- parem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente. (i) Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Companhia considerou como “pessoal-chave da administração” os membros do conselho de administração, do con- selho fiscal e os integrantes da sua diretoria. Em 31 de dezembro de 2025, o montante acumulado referente à remuneração do pessoal-chave da administração foi de R\$ 6.882 (R\$ 6.194 em 31 de dezembro de 2024). De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), a Companhia não possui programa de remuneração de benefi- cios de curto ou longo prazo a empregados ou administradores, benefícios pós-em- prego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pela remuneração baseada em ações, conforme descrito na nota 34.

12. Tributos a Recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS)	53	32	59	36
Imposto sobre produto industrializado (IPI)	423	599	423	767
Pis e Cofins	—	—	341	1.007
Imposto sobre valor agregado (IVA)	—	—	(153)	(42)
IR e CSLL diferidos	12.1 e 12.2	14.334	18.278	14.334
		391	—	419
		15.201	18.909	15.423
		5.625	5.096	5.847
		9.576	13.813	9.576
		15.201	18.909	15.423

12.1 Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos: Os im- postos diferidos ativos foram reconhecidos sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da Controladora, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais tributos dife- ridos possam ser utilizados. Os montantes são calculados com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data do balanço. As origens estão de- monstradas a seguir:

12.12 Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos: Os impostos diferidos ativos foram reconhecidos sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da Controladora, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais tributos diferidos possam ser utilizados. Os montantes são calculados com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data do balanço. As origens estão demonstradas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Perdas estimadas em ativos	3.420	3.420
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12.509	12.509
Provisões para perdas em investimentos	330	330
Plano de opções de ações	3.030	3.030
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	22.869	22.869
Total do ativo fiscal diferido	42.158	42.158
Alíquota nominal	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.540	3.794

(i) Os créditos estão suportados por estudos técnicos de viabilidade, os quais de- monstram projeções de resultados futuros tributáveis, nos permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período não superior a 10 anos. Os estudos técnicos de viabilidade foram submetidos e aprovados pelo Conselho de Administra- ção da Companhia. **12.2 Realização do Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estas sejam liquidadas ou realizadas. O período de liquida- ção ou realização de tais diferenças é imprevisível e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração. Na estimativa de realização dos cré- ditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico, ajustados com base nas estimativas das principais adições e exclusões fiscais. Com base nesta estimativa a Administração acredita que é provável que os impostos dife- ridos sejam realizados, conforme demonstrado abaixo, entretanto, essa estimativa pode não se concretizar nos próximos exercícios, se as estimativas de lucro tributável futuro não se confirmarem. Baseada nas projeções de resultados para os exercícios seguintes, estimamos o seguinte cronograma de recuperação dos créditos fiscais:

Período	Controladora	
	2026	2027
	4.758	4.786
	4.790	—
	14.334	—

13. Despesas Pagas Antecipadamente:

Os saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante, correspon- dem a antecipações de recursos relacionados a contratos de patrocínios e prêmios de seguros, que são alocados ao resultado de acordo com a vigência dos contratos e apólices, respectivamente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Confederação e Federações	1.807	1.980	1.807	1.980
Seguros	289	270	289	272
	2.096	2.250	2.096	2.252
Circulante	2.042	2.232	2.042	2.234
Não Circulante	54	18	54	18
Total	2.096	2.250	2.096	2.252

14. Demais Contas a Receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aluguéis a receber líquido	720	573	720	573
Adiantamentos a fornecedores/empregados	1.505	1.374	2.202	2.096
Créditos a receber - GETNET	—	—	3.780	3.653
Valor Fundap a liberar	(i)	—	51.259	50.594
Saldos vinculados - Banco Santander e Daycoval	—	16	—	16
Outros	211	211	211	211
	2.436	2.174	58.172	57.143

Circulante

Não Circulante

Total

(i) Trata-se de ação indenizatória movida contra o Banco de Desenvolvimento do Es- pírito Santo, com sentença favorável proferida pelo TJ/ES, a qual não cabe rediscus- são nos tribunais superiores.

15. Propriedade para Investimento: Refere-se a imóvel da subsidiária Cambuci Trust S/A, atualizado pelo valor justo em 31 de dezembro de 2025, conforme laudo de avaliação elaborado por empresa especializada contratada pela Companhia, com a utilização de técnicas com base em preços de mercado.

16. Investimentos em Controladas:

(a) Informações sobre as controladas:

	Controladora			
	Partici- pação no capital total %	Participação no Lucro (prejuízo) do exercício	Participação no Patrimônio líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investimento da controladora				
Controladas				
Cambuci Importadora Ltda.	99,99	(461)	(79)	(11.671)
Impar Paraguay S/A	96,70	—	—	(36)
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	99,96	154	(1.733)	7.071
Latinline Trade S/A	100,00	(1.051)	(402)	(2.279)
Penalty Argentina S/A	95,00	(138)	(1.514)	(185)
Penalty Chile S/A	100,00	—	—	(7.927)
Cambuci Trust S/A	100,00	5.867	4.419	87.117
	4.371	691	72.090	67.364

(b) Em 31 de dezembro de 2025, a movimentação dos investimentos e da provisão para perda em investimentos, foram as seguintes:

	Equivalência patrimonial		
	31/12/2024	31/12/2025	
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	6.917	154	7.071
Cambuci Trust S/A	81.250	5.867	87.117
	88.167	6.021	94.188

	Equivalência patrimonial		Ajuste de conversão	
	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025

	Provisão para perdas em controladas			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cambuci Importadora Ltda.	(11.212)	(461)	2	(11.671)
Penalty Chile S/A	(8.093)	—	166	(7.927)
Latinline Trade S/A	(1.392)	(1.051)	164	(2.279)
Penalty Argentina S/A	(72)	(138)	25	(185)
Impar Paraguay S/A	(34)	—	(2)	(36)
	(20.803)	(1.650)	355	(22.098)

17. Imobilizado:



★ continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a avaliação de seus ativos, através do setor de engenharia de produto, o qual avalia a aquisição de novas tecnologias, possíveis descartes de equipamentos, manutenção e reposição de peças sempre que necessário ou que possam representar ganho de produtividade. O critério definido como indicativo de valor recuperável (*impairment*), pela Administração, é o resultado global de suas plantas industriais, consideradas como o menor grupo identificável de unidade geradora de caixa. E como resultado desta análise, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável dos ativos, não foi constatada a necessidade de provisão para desvalorização por “*impairment*” sobre esses saldos.

17.1. Direito de Uso:

	Taxa de Amorti-zação	31/12/2025			31/12/2024		
		Amortização		Líquido	Amortização		Líquido
		Custo	acumulada		Custo	acumulada	
Direito de utilização de imóveis	20%	69	(52)	17	67	(43)	24
		69	(52)	17	67	(43)	24
	Taxa de Amorti-zação	31/12/2025			31/12/2024		
		Amortização		Líquido	Amortização		Líquido
		Custo	acumulada		Custo	acumulada	
Direito de utilização de imóveis	20%	7.199	(3.872)	3.327	7.198	(2.661)	4.537
		7.199	(3.872)	3.327	7.198	(2.661)	4.537

A movimentação do direito de utilização de imóveis está demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2024	Adição	Transfe-rência	Amorti-zação	31/12/2025
Intangível em andamento	-	1	(1)	-	-
Direito de utilização de imóveis	24	-	1	(8)	17
	24	1	-	(8)	17
	31/12/2024	Adição	Transfe-rência	Amorti-zação	31/12/2025
Intangível em andamento	-	1	(1)	-	-
Direito de utilização de imóveis	4.537	-	1	(1.211)	3.327
	4.537	1	-	(1.211)	3.327

Os contratos de arrendamento não possuem cláusulas que permitam a aquisição dos ativos arrendados ao fim do prazo contratual, assim, a vida útil dos ativos se dá pelo prazo contratual e a amortização desses ativos ocorre de forma linear.

18. Intangível: Os saldos do intangível estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Taxa de Amorti-zação	31/12/2025			31/12/2024		
		Amortização		Líquido	Amortização		Líquido
		Custo	acumulada		Custo	acumulada	
Marcas e patentes	10%	3.377	(2.922)	455	3.130	(2.644)	486
Direito de uso software (i)	20%	10.081	(8.977)	1.104	9.860	(8.687)	1.173
		13.458	(11.899)	1.559	12.990	(11.331)	1.659
		-	-	-	-	-	-

	Taxa de Amorti-zação	31/12/2025			31/12/2024		
		Amortização		Líquido	Amortização		Líquido
		Custo	acumulada		Custo	acumulada	
Marcas e patentes	10%	3.377	(2.922)	455	3.130	(2.644)	486
Direito de uso software	20%	11.115	(9.864)	1.251	10.841	(9.495)	1.346
		14.492	(12.786)	1.706	13.971	(12.139)	1.832

(i) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia. São representados substancialmente pelos sistemas Totvs-EMS e LINX. Os gastos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de cinco anos para o sistema de gestão Totvs-EMS. A movimentação do ativo intangível está demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2024	Adição	Amortização	31/12/2025
Marcas e patentes	486	247	(278)	455
Direito de uso software	1.173	222	(291)	1.104
	1.659	469	(569)	1.559
	31/12/2024	Adição	Amortização	31/12/2025
Marcas e patentes	486	247	(278)	455
Direito de uso software	1.346	279	(374)	1.251
	1.832	526	(652)	1.706

19. Empréstimos e Financiamentos:

	Encargos Financeiros Médios	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Em moeda corrente - R\$					
0,37 % a.m. + a 0,469 % a.m.		1.205	1.487	1.205	1.487
Capital de giro					
Desenbahia - BNDES	TJLP	767	1.746	767	1.746
		1.972	3.233	1.972	3.233
Passivo circulante		1.048	1.254	1.048	1.254
Passivo não circulante		924	1.979	924	1.979
Total		1.972	3.233	1.972	3.233

Termo e cronograma de amortização da dívida: O montante consolidado dos financiamentos com vencimentos a curto e longo prazos tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	1.254
2026		1.048
2027		282
2028		282
2029 em diante		360
	1.972	3.233

Garantias: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ativos oferecidos como garantia para a obtenção de empréstimos e financiamentos. A Administração da Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos, processos judiciais ou vendê-los a outra companhia. Os valores do ativo imobiliza-do que estão dados em garantia para as operações de empréstimos são: • Terreno/edificações/máquinas/equipamentos/instalações: R\$ 16.133 com Desenbahia.

20. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas as distribuições de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 19.128 e de dividendos intermediários no valor de R\$ 25.104, conforme deliberações do Conselho de Administração, devidamente comunicadas ao mercado nas seguintes datas: **Juros sobre Capital Próprio:** • Em 11 de março de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio de R\$ 4.110 (R\$ 3.585 líquidos de efeitos tributários), calculados pelo valor máximo previsto em lei, sobre o patrimônio líquido ajustado para 31 de março de 2025, correspondente a R\$ 0,09823501 por ação, considerando a quantidade de 41.839.573 ações ordinárias. Parte significativa deste valor foi paga em 27 de março de 2025. • Em 08 de maio de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio de R\$ 5.182 (R\$ 4.528 líquidos de efeitos tributários), calculados pelo valor máximo previsto em lei, sobre o patrimônio líquido ajustado para 31 de março de 2025, correspondente a R\$ 0,10200000 por ação, considerando a quantidade de 41.839.573 ações ordinárias. Parte significativa deste valor foi paga em 26 de setembro de 2025. • Em 12 de novembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio de R\$ 4.268 (R\$ 3.722 líquidos de efeitos tributários), calculados pelo valor máximo previsto em lei, sobre o patrimônio líquido ajustado para 31 de dezembro de 2025, corresponden-te a R\$ 0,10200000 por ação, considerando a quantidade de 41.839.573 ações ordi-nárias. Parte significativa deste valor foi paga em 30 de dezembro de 2025. **Dividen-dos:** • Em 08 de maio de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intermediários como antecipação da remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2025, calculados com base no resultado das demonstrações contábeis intermediárias de 31 de março de 2025, no valor de R\$ 4.184, equivalente a R\$ 0,10 por

ação, considerando a quantidade de 41.839.573 ações ordinárias, das quais já foram excluídas as ações em tesouraria. Parte significativa deste valor foi paga em 28 de maio de 2025. • Em 05 de agosto de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribui-ção de dividendos intermediários como antecipação da remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2025, calculados com base no resultado das demonstrações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2025, no valor de R\$ 8.368, equivalente a R\$ 0,20 por ação, considerando a quantidade de 41.839.573 ações ordinárias, das quais já foram excluídas as ações em tesouraria. Parte significativa deste valor foi paga em 27 de agosto de 2025. • Em 12 de novembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intermediários como antecipação da remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2025, calculados com base no resultado das demonstrações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2025, no valor de R\$ 12.552, equivalente a R\$ 0,300 por ação, considerando a quantidade de 41.839.573 ações ordinárias, das quais já foram excluídas as ações em tesouraria. Parte signifi-cativa deste valor foi paga em 28 de novembro de 2025.

21. Obrigações Sociais e Trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários	4.750	6.424	4.909	6.611
Provisão de férias e encargos	4.753	5.203	5.010	5.476
INSS	1.284	1.178	1.351	1.244
FGTS	623	508	648	529
IRRF	349	347	401	410
Outros encargos	24	62	25	63
	11.783	13.722	12.344	14.333

22. Obrigações Fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Impostos e contribuições				
ICMS	605	684	949	1.004
PIS	134	119	476	429
COFINS	625	554	2.724	2.455
IRPJ s/Lucro	397	1.606	486	1.683
CSLL s/Lucro	581	701	615	731
IRPJ/CSLL s/ajuste avaliação patrimonial	-	-	2.190	2.128
Outros	186	122	466	436
	2.528	3.786	7.906	8.866

Tributos parcelados

PPI do ICMS	-	-	3.921	11.883
Parcelamento ordinário de INSS	360	1.743	360	1.743
Parcelamento ICMS	89	168	89	168
Demais parcelamentos	334	400	348	457
	783	2.311	4.718	14.251
	3.311	6.097	12.624	23.117
Circulante	3.085	5.387	10.185	16.770
Não Circulante	226	710	2.439	6.347
Total	3.311	6.097	12.624	23.117

Adesão ao Programa de Incentivo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) - Sudene. A partir do segundo trimestre de 2024, a Companhia aderiu ao programa de incentivo fiscal do Governo Federal que beneficia as empresas com operações nas áreas de atuação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Este programa permite que as empresas enquadradas nesta situação, direcionem parte do valor devido do seu Imposto de Renda (IRPJ) a projetos de modernização e aquisição de maquinários e equipamentos até o ano de 2028. Dessa forma, do saldo de Imposto de Renda Pessoa Jurídica a pagar, apurado com base no lucro de exploração do trimestre findo em 31 de março de 2025, foi destinado 30% do valor devido (R\$ 602) para reinvestimento em tal programa. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve a aplicação dos benefícios fiscais previstos no programa, com a redução de 75% do IRPJ e adicionais incidentes sobre o lucro da exploração, conforme critérios estabelecidos pela legislação vigente e alinhados à continuidade dos investimentos em modernização operacional, conforme nota explicativa nº 32.

23. Demais Contas a Pagar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos de clientes	975	1.470	975	1.470
Qualidade cliente	303	471	303	471
Passivo arrendamento	16	23	3.383	4.647
Fretes a pagar	1.366	1.391	1.366	1.391
Provisão de fretes	567	593	567	593
Comissões a pagar	580	270	580	270
Representantes	210	1.678	210	1.678
Provisões diversas e premiações	2.619	7.201	2.619	7.201
Outros	1.317	544	2.374	1.728
	7.953	13.641	12.377	19.449
Circulante	7.945	13.427	9.637	15.221
Não Circulante	8	214	2.740	4.228
Total	7.953	13.641	12.377	19.449

24. Provisão para Demandas Judiciais:

	Controladora/Consolidado		31/12/2025		31/12/2024	
			Valor de Provisão	Depósito Judicial	Valor de Provisão	Depósito Judicial
			Líquida	Demanda	Líquida	Demanda
Natureza						
Trabalhistas	549	(616)	(67)	636	(626)	10
Fiscais	9.443	-	9.443	11.179	(3.124)	8.055
Previdenciárias	170	-	170	152	-	152
Cíveis	2.347	(502)	1.845	1.201	-	1.201
	12.509	(1.118)	11.391	13.168	(3.750)	9.418

A provisão para demandas judiciais foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, estão classificadas como perda provável. A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	Controladora/Consolidado		31/12/2025		31/12/2024	
			Traba-lhistas	Fiscais	Previden-ciárias	Cíveis
			Total	Total	Total	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2024			636	11.179	152	1.201
(-) Reversão			(195)	(2.290)	-	(92)
(+) Provisão			108	554	18	1.238
Saldo em 31 de Dezembro de 2025			549	9.443	170	2.347

A Administração da Companhia, junto aos seus assessores jurídicos externos, estima que o desembolso desses recursos possa ocorrer, substancialmente, entre 2026 a 2028. **Perdas possíveis:** A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, de naturezas cível, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos externos da Companhia como possíveis. As ações com riscos de perda classificados como prováveis são provisionadas e estão apresentadas nesta nota. Os assessores jurídicos externos da Companhia não conseguem estimar o prazo de conclusão desses processos. Adicionalmente, a Administração entende não ser possível estimar o montante de desembolso para fazer face a um eventual desfecho desfavorável à Companhia. A Companhia não espera qualquer desembolso em conexão com o resultado desses processos. O montante dos processos, cujos riscos foram avaliados como possíveis, corresponde a R\$ 61.553, dentre os quais destacamos: (i) Autos de infração movidos pela Receita Estadual dos Estados da Bahia e Paraíba para cobrança de ICMS, proveniente da glosa de diversos créditos tributários, no montante de R\$ 18.298. (ii) Autos de infração movidos pela Receita Federal do Brasil, destinados à cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, operações de crédito e outros, no valor de R\$ 39.417. Os assessores juridicos da Companhia acreditam que possuem bons argumentos para contrapor os autos movidos pela Receita Federal e Estadual.

25. Patrimônio Líquido: 25.1 Capital Social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 249.798, representado por 42.275.080 ações, sendo todas as ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em 16 de abril de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordi-nária o aumento do capital no montante de R\$ 44.680, através da capitalização do saldo da Reserva de Incentivos Fiscais de igual valor, sem a emissão de novas ações pela Companhia. **25.2 Reservas de capital: 25.2.1 Reserva de plano de opções de ações:** Com a implementação dos planos baseados em ações, a Companhia consti-tuiu a Reserva de opções de ações outorgadas, conforme descrito na nota 34. **25.2.2 Ações em tesouraria:** Em 30 de junho de 2022, foi aprovado em reunião do Conse-lho de Administração o programa de recompra de 337.350 ações ordinárias de emi-são da própria Companhia, para permanência em tesouraria e posterior destinação ao programa de opções de compra de ações (“stock options”) existente desde 2012.

O referido programa foi realizado de acordo com a Lei das S.A’s e com as regras contidas na Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, sendo as ações adquiri-das em sua totalidade pelo valor de R\$ 1.678, entre julho e novembro de 2022. Em 18 de agosto de 2024, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o progra-ma de recompra de 99.500 ações ordinárias de emissão da própria Companhia, para permanência em tesouraria e posterior destinação ao programa de opções de compra de ações (“stock options”). O referido programa foi realizado de acordo com a Lei das S.A’s e com as regras contidas na Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, sendo as ações adquiridas em sua totalidade pelo valor de R\$ 1.202, entre setembro e outubro de 2024. A Companhia vem transferindo as ações em tesouraria aos bene-ficiários do programa de stock options, à medida que estes exercem a opção de compra das ações, restando um saldo de 435.507 ações em tesouraria em 31 de dezemb-ro de 2025. **25.3 Reserva de lucros: 25.3.1 Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social. **25.3.2 Reserva de incentivos fiscais:** A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado do exercício, e, quando do encerramento das demonstrações financeiras do exercício, reconhecidos como reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido. Conforme descrito na nota 25.1, em 16 de abril de 2025 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social correspondente ao saldo da reserva de incentivos fiscais apurado em 31 de dezembro de 2024, de R\$ 44.680.

25.3.3 Destinação do lucro:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	68.389	76.418
(-) Constituição de reserva legal - 5%	(3.419)	(3.821)
(-) Dividendos distribuídos	(25.104)	(18.852)
(-) Juros s/capital próprio pagos	(19.128)	(9.065)
(=) Constituição da reserva de incentivo fiscal	20.738	44.680

25.4 Ajuste de avaliação patrimonial: Valor referente a diferença entre o valor contábil da propriedade para investimento e seu valor justo, apurado quando do reconhe-cimento inicial, conforme nota 15. **25.5 Outros Resultados abrangentes:** Correspon-de, significativamente, aos efeitos de conversão da moeda funcional para a moeda de balanço, apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior, avaliados pelo método de equival



CAMBUCI SA
80 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
55 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

★ continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(ii) Seleção dos cenários: Nos termos contidos no CPC 40 (R1)/IFRS 7 - “Instrumentos financeiros: evidenciação, a Companhia inclui na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Administração considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Dado que a Cambuci administra sua exposição cambial em base líquida. Foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% para o cenário adverso possível e 50% para o cenário extremo, em relação à nossa projeção do dólar médio do período. (iii) Sensibilidade: A sensibilidade das transações expostas à variação das taxas de mercado, é apresentada na tabela abaixo com as variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

	Cenário provável		Cenário adverso possível (a)		Cenário adverso remoto (b)	
	Taxa		Taxa (Perda)/		Taxa (Perda)/	
	R\$ (média/ano)	(+25%)	Ganho (+50%)	Ganho		
Empréstimos - TJLP	(767)	9,07%	11,34%	(17)	13,61%	(35)
Cientes e Partes						
Relacionadas - Dólar	3.369	5,6000	7,0000	842	8,4000	1.685
	2.602			825		1.650

(a) O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação às obrigações atreladas às taxas do CDI, TJLP e dólar, de 25% em relação às taxas do cenário provável. (b) O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação às obrigações atreladas às taxas do CDI, TJLP e dólar, de 50% em relação às taxas do cenário provável. 26.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros: Contas a receber: Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior. Em 31 de dezembro de 2025, a metodologia de classificação do risco não sofreu alteração em relação a 31 de dezembro de 2024.

27. Receita Operacional Líquida:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas brutas de vendas				
Cambuci - Brasil	432.202	503.663	405.160	470.450
Impar Sports - Brasil	—	—	38.575	33.763
Cambuci/Impar - Exterior	7.106	3.092	11.667	11.903
Latinline	—	—	510	880
	439.308	506.755	455.912	516.996
Deduções de Venda				
Tributos	(56.768)	(67.588)	(60.735)	(69.216)
Devoluções de vendas e outros	(10.806)	(9.000)	(12.055)	(9.886)
	(67.574)	(76.588)	(72.790)	(79.102)
	371.734	430.167	383.122	437.894

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, com as respectivas alíquotas básicas:

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 18,00%
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
CPRB - Contribuição previdenciária sobre a Receita Bruta	1,50% a 2,50%

28. Incentivos Fiscais - Subvenção para Investimentos:

A Companhia goza de subvenções para investimentos, concedidas pelos governos estaduais onde as fábricas estão localizadas, as quais expiram em 31 de dezembro de 2032. A Companhia assinou em conjunto com o Estado da Bahia, protocolo de intenções para a prorrogação dos seus incentivos fiscais a partir de janeiro de 2021, onde investirá ao longo de 15 anos R\$ 43,7 milhões em ampliação e modernização das suas unidades fabris, localizadas nos municípios de Itabuna e Itajuípe. A partir de 1º de janeiro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, o referido benefício passou a ser reconhecido no resultado, constituindo, quando do encerramento das demonstrações financeiras, uma reserva de lucros no patrimônio líquido, conforme as disposições das novas práticas contábeis adotadas no Brasil. O valor dessa subvenção para investimentos, registrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Subvenção do ICMS:		
Paraíba	(a) 9.889	12.926
Bahia	(b) 25.464	27.377
	35.354	40.303

a) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pela fábrica de Bayeux. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar a unidade fabril naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos na fábrica paraibana. b) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Bahia, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pelas fábricas de Itajuípe e Itabuna. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar as unidades fabris naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos nas fábricas baianas. Em 31 de dezembro de 2025 não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica de receita operacional líquida na demonstração do resultado.

29. Outras Receitas e (Despesas) Operacionais Líquidas:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de outras receitas e despesas operacionais líquidas estava representada por:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Crédito fiscal	4.636	4.686	4.770	4.686
Valor justo propriedade p/investimento	—	—	2.013	1.306
Ações cíveis, trabalhistas e tributárias	—	91	—	91
Receita de aluguéis	—	—	4.585	3.678
Outras receitas	880	428	880	603
Total de outras receitas	5.516	5.205	12.248	10.364
Contingências/Honorários advocatícios	230	(1.683)	210	(1.683)
Representantes	—	(567)	—	(567)
Baixa de títulos incobráveis	(1.552)	(432)	(1.552)	(432)
Premiação por atingimento de resultado	(3.969)	(7.969)	(3.969)	(7.969)
Outras despesas	(1.191)	(125)	(1.746)	(1.052)
Total de outras despesas	(6.481)	(10.776)	(7.056)	(11.703)
Total líquido	(965)	(5.571)	5.192	(1.339)

DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	CONTADOR
Alexandre Schuler - Diretor Presidente Roberto Estefano - Diretor de Relações com o Mercado Emerson Tsuneji Shiromaru - Diretor Operações Internacionais, Inovação e Tecnologia	Roberto Estefano Eduardo Estefano Filho Manuel Roberto Bravo Caldeira	Antonio Carlos Bonini Santos Pinto Mário Alberto de Lima Reis Coutinho Roberto Massayuki Hara	Paulo Cesar Picolli CRC 1SP 165645/O-6

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o parágrafo 1º, inciso VI, do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 16 de março de 2022, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Alexandre Schuler Diretor Presidente	São Roque, 12 de março de 2026 Roberto Estefano Diretor de Relações com o Mercado	Emerson Tsuneji Shiromaru Diretor Operações Internacionais, Inovação e Tecnologia
---	---	--

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o parágrafo 1º, inciso V, do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 16 de março de 2022, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes sobre a revisão das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Alexandre Schuler Diretor Presidente	São Roque, 12 de março de 2026 Roberto Estefano Diretor de Relações com o Mercado	Emerson Tsuneji Shiromaru Diretor Operações Internacionais, Inovação e Tecnologia
---	---	--

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cambuci S/A, em cumprimento às disposições legais e às disposições estatutárias da empresa, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Foram discutidas com a Diretoria e com os Auditores Independentes as políticas e estimativas contábeis que requerem julgamentos, a avaliação dos controles internos como parte do sistema de controles da empresa e o controle de riscos no processo decisório. Foram ainda acompanhados os processos de confecção do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas pelas Notas Explicativas. Com base neste trabalho e nos acompanhamentos e exames efetuados ao longo do exercício, considerando ainda, o Relatório contendo a Opinião dos Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido em 12 de março de 2026, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto	São Roque, 12 de março de 2026 Mário Alberto de Lima Reis Coutinho	Roberto Massayuki Hara	continua ★
------------------------------------	---	------------------------	------------

30. Receitas e Despesas Financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	350	490	355	491
Variação cambial ativa	646	1.713	663	1.820
Juros ativos	1.026	2.256	1.027	2.355
Juros de aplicações financeiras	8.311	3.591	8.311	3.591
Atualização Fundap	—	—	666	682
Atualização depósito judicial	52	450	52	450
Atualização de créditos tributários	100	187	100	187
	10.485	8.687	11.174	9.576

Despesas financeiras

Comissões e despesas bancárias	(922)	(1.225)	(1.336)	(1.633)
Juros s/empréstimos e financiamentos	(227)	(399)	(264)	(635)
Pis/Cofins s/receitas financeiras	(458)	(262)	(498)	(298)
Variação cambial passiva	(1.133)	(682)	(1.224)	(791)
Descontos concedidos	(1.179)	—	(1.179)	—
Juros e multas sobre obrigações fiscais	71	(437)	(1.002)	(1.090)
Efeito da Aplicação do CPC 42/IAS 29	—	—	15	(682)
Outras despesas	(27)	(34)	(27)	(39)
	(3.875)	(3.039)	(5.515)	(5.168)

Resultado financeiro líquido

31. Despesas por Natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos produtos vendidos				
Matéria prima	(100.574)	(118.560)	(100.560)	(118.498)
Mão de obra direta	(47.121)	(55.228)	(47.121)	(55.228)
Gastos gerais de fabricação	(37.995)	(37.197)	(37.994)	(37.197)
Depreciação e amortização	(10.131)	(10.344)	(10.131)	(10.344)
	(195.821)	(221.329)	(195.806)	(221.267)

Despesas com vendas

Comissões	(15.838)	(17.574)	(15.838)	(17.575)
Marketing e TradeMarketing	(18.547)	(20.816)	(19.779)	(21.435)
Frete	(16.337)	(18.254)	(17.492)	(19.305)
Despesas com pessoal	(3.338)	(3.314)	(7.287)	(6.711)
Despesas com tecnologia da informação	(863)	(663)	(2.011)	(1.577)
Viagens	(553)	(349)	(553)	(350)
Serviços com terceiros	(10.384)	(8.985)	(10.492)	(9.137)
Depreciação e amortização	(234)	(207)	(1.793)	(1.536)
PECLD	752	967	747	955
Outros	(2.003)	(1.796)	(4.161)	(3.273)
	(67.345)	(70.991)	(78.659)	(80.044)

Despesas gerais e administrativas

Despesas com pessoal	(16.059)	(16.484)	(16.341)	(16.583)
Serviços com terceiros	(18.678)	(12.877)	(18.707)	(12.945)
Despesas com tecnologia da informação	(2.397)	(1.264)	(2.397)	(1.264)
Viagens	(1.310)	(1.614)	(1.310)	(1.720)
Depreciação e amortização	(1.735)	(1.508)	(1.735)	(1.516)
Manutenção	(547)	(689)	(547)	(689)
Outros	(4.337)	(5.046)	(4.387)	(5.386)
	(45.063)	(39.482)	(45.424)	(40.103)

32. Imposto de Renda e Contribuição Social: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de imposto de renda e de contribuição social, estavam representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente (i)	(1.187)	(15.752)	(1.689)	(16.129)
Diferido - Nota 12.1	(3.944)	(6.963)	(4.005)	(7.003)
	(5.131)	(22.715)	(5.694)	(23.132)

(i) Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social (CSLL) - Corrente:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributos correntes				
Lucro antes da tributação	73.521	99.133	74.084	99.549
IR e CSLL à taxa nominal combinada de 34%	(24.997)	(33.705)	(25.189)	(33.847)

Ajustes para demonstração da taxa efetiva

Equivalência patrimonial	1.486	235	1.486	235
Juros sobre o capital próprio	6.503	3.082	6.503	3.082
Incentivo de IRPJ (ii)	7.552	—	7.552	—
Incentivo a inovação tecnológica	811	—	811	—
Subvenção para investimentos	12.020	13.703	12.020	13.703
PAT	54	96	54	96
Compensação de prejuízos fiscais	3.823	6.882	3.823	6.882
Provisões líquidas	(131)	(451)	(131)	(451)
Dividendos	(8.535)	(6.410)	(8.535)	(6.410)
Outros	227	816	482	958

Total tributos correntes - Lucro Real

Empresa no lucro presumido	—	—	(537)	(377)
Empresa no lucro real	—	—	(28)	—
Total do IR e CSLL	(1.187)	(15.752)	(1.689)	(16.129)
Taxa efetiva sobre o lucro	-1,61%	-15,89%	-2,28%	-16,20%

(ii) Benefício fiscal - Redução de 75% do IRPJ e adicionais nas áreas da Sudene: A Companhia possui unidades industriais situadas em regiões incentivadas, localizados em área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, com projetos de modernização/implantação aprovados junto aos órgãos reguladores. Em decorrência disso, a Companhia usufrui do benefício o que permitiu o benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e dos adicionais calculados com base no lucro da exploração. No trimestre findo em 31 de dezembro de 2025, o montante do benefício fiscal reconhecido foi de R\$ 4.105 mil correspondente exclusivamente ao período. No acumulado do exercício até essa data, o total de benefício fiscal apurado foi de R\$ 7.552 mil.

33. Informações por Segmento: O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estejam disponíveis, sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Companhia, é representado pelo Diretor Presidente. Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, a Companhia está organizada em uma única unidade geradora de caixa e, portanto, em somente um segmento passível de reporte. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Os produtos da Companhia estão representados por duas marcas (Penalty e Stadium), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias e lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial, em que as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversos produtos, tais como: calçados, artigos esportivos e vestuários em geral. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas em base de relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação similar, e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte, com a seguinte segmentação geográfica. (a) operações nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil; e No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita bruta de vendas consolidada por segmento geográfico está representada da seguinte forma: • Operações nacionais: 97,3 %. • Operações internacionais: 2,7 %. As informações de vendas brutas no mercado interno e externo, por segmento geográfico, apresentadas no quadro abaixo, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior. Vendas brutas - mercado interno e externo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Brasil	443.735	504.213
Outros	12.177	12.783
Total	455.913	516.996

34. Benefícios a Empregados - Plano de Opções: Em 29 de novembro de 2012, através de Assembleia Geral Extraordinária, o Conselho de Administração, no âmbito de suas funções, aprovou o plano de opções de compra de ações para os membros da administração, empregados em posição de comando e gerência e prestadores de serviços da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas relevantes. O número total de ações objeto das opções outorgadas não poderá ultrapassar o percentual de 5% do total das ações de emissão da Companhia, a qualquer tempo durante a vigência do Plano. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Quaisquer ações subscritas ou adquiridas pelo participante em virtude do exercício das opções somente poderão ser negociadas, alienadas, cedidas ou transferidas após o prazo de três anos de sua aquisição. A composição do plano de opções na data base de 31 de dezembro de 2025, considerando os prazos de carência para exercício das opções, está demonstrada a seguir:

Plano de outorga de opções	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga
Data da outorga	02/01/2015	04/01/2016	19/10/2020
Quantidade de opções outorgadas	265.000	30.000	553.000
Quantidade de opções exercidas	(265.000)	(30.000)	(14.400)
Período de carência para exercício (vesting)	2 anos	2 anos	2 anos
Vencimento para o exercício	02/01/2021	04/01/2022	14/10/2027
Preço de exercício (i)	1,00	1,00	4,20
Beneficiários	4	1	15

(i) O preço de exercício é fixado e corrigido pela variação do índice de preços ao consumidor amplo - IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da opção. Durante o exercício de 2020, a Companhia concedeu 553.000 ações no âmbito do plano de opções, as quais são avaliadas com base na média da cotação das ações da Companhia ponderada pelo volume de negociações nos 120 dias anteriores a data da celebração do contrato de opção, podendo o Conselho de Administração aplicar um desconto de até 20%. O beneficiário poderá exercer ao final de cada período de 12 meses, 20% da sua opção exercível, ou poderá postergar este exercício, desde que seja respeitado o prazo máximo de 7 anos. A Companhia calculou o valor justo das opções, utilizando as seguintes premissas de mercado: • Preço da ação em 31 de dezembro de 2025: R\$ 9,97; • Correção do preço da opção: IPCA; • Volatilidade: 49,51%; • Taxa de desconto livre de risco: 15%. O valor justo para os planos de opção de compra de ações na data de outorga de cada plano foi calculado com base no modelo de precificação Black & Scholes. Os efeitos foram refletidos na rubrica “Reservas de plano de opções de ações”, no Patrimônio Líquido, em contrapartida como despesas gerais e administrativas, no resultado do exercício, durante o exercício em que os colaboradores adquirem incondicionalmente o direito. O impacto contábil registrado na conta de resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 93. Em 2022 e 2024, conforme



CAMBUCI SA
80 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
55 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

★ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas, conselheiros e administradores da

CAMBUCI S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cambuci S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cambuci S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para Opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Reconhecimento das receitas de vendas de mercadorias (notas 6a e 27) Porque é um PPA
As receitas da Companhia e suas controladas são provenientes, principalmente, da venda de produtos esportivos em geral, com operações em múltiplos canais de venda, que incluem, lojas próprias, representações comerciais e plataforma e-commerce, que representa um grande volume de transações, as quais dependem do adequado funcionamento de sistemas de informação e de controles para a identificação, mensuração e registro das receitas, bem como o monitoramento da Administração da Companhia para identificar as vendas faturadas, despachadas e o status das entregas nas diversas regiões do país. O grande volume de transações, as características inerentes ao processo de reconhecimento das vendas, incluindo a dependência de sistemas de informação, exigem atenção especial ao processo de reconhecimento de receita da Companhia. Por essa razão, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.

Como conduzimos esse assunto
Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles chaves implementados pela Companhia sobre a determinação do momento de reconhecimento da receita; (ii) análise das movimentações mensais sobre os saldos de receita reconhecida pela Companhia de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base no conhecimento do setor e da Companhia; (iii) para uma amostra de vendas registradas durante o exercício, a obtenção das respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no período contábil adequado e; (iv) envio de cartas de confirmação externa para uma amostra de clientes e testes documentais de realização para as respostas não recebidas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações relacionadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas de vendas, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são apropriadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

b) Incentivos Fiscais - Subvenção para investimentos (nota 28) Porque é um PPA
A Companhia usufrui de benefícios fiscais relacionados ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes sobre suas operações nos estados da Paraíba e da Bahia. Tais benefícios decorrem da metodologia de apuração de créditos presumidos de ICMS aplicada às unidades fabris localizadas nos municípios de Bayeux/PB, Itajuipe e Itabuna/BA, cujo efeito resulta na redução do ICMS devido e, consequentemente, em incentivo fiscal que representa parcela significativa da receita líquida da Companhia.

O reconhecimento desses benefícios está condicionado ao atendimento das condições e contrapartidas previstas nos respectivos convênios, incluindo, entre outras, a ampliação das unidades fabris, a manutenção/expansão da produção e a geração de empregos. Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria em razão da materialidade dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado, no montante de R\$ 35.352 mil, quando comparado ao resultado das operações da Companhia, demandando avaliação da adequação da apuração dos valores e verificação do cumprimento das condições estabelecidas nos convênios aplicáveis.

Como conduzimos esse assunto
Com o apoio de especialistas da área tributária, conduzimos nossos procedimentos de auditoria destinados a avaliar o reconhecimento, a mensuração e a apresentação dos benefícios fiscais de ICMS, obtidos por meio de créditos presumidos, (i) com o entendimento e funcionamento dos incentivos, por meio de leitura e análise dos convênios, atos concessórios e demais bases normativas aplicáveis; (ii) a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Administração para o registro desses benefícios no resultado do exercício; (iii) verificação de documentação suporte, o cumprimento das condições e contrapartidas previstas nos instrumentos de concessão; testes de recálculo da apuração dos créditos presumidos e dos respectivos valores reconhecidos, incluindo a verificação das premissas e bases de cálculo; (v) a conciliação com os controles internos, memórias de cálculo e relatórios auxiliares preparados pela Companhia; (vi) confrontamos os montantes registrados relacionadas aos incentivos com os relatórios de suporte e consistência dos registros com a documentação subjacente. Avaliamos a adequação da apresentação e divulgações, considerando a relevância e a transparência quanto à natureza e aos efeitos dos benefícios fiscais reconhecidos.

Com base nos procedimentos executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos adequadas as políticas e práticas adotadas pela Companhia para o reconhecimento e a mensuração dos benefícios fiscais de ICMS nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos (notas 6.m e 12)
A Companhia (controladora) reconheceu ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 totalizava R\$ 14.334 mil. O reconhecimento desses ativos fiscais diferidos é efetuado na medida em que seja provável a existência de lucro tributável futuro suficiente para sua realização, conforme avaliação da Administração.

Esse tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em razão do elevado grau de julgamento envolvido na estimativa de lucro tributável futuro, a qual se baseia em projeções de desempenho e planos de negócios preparados pela Administração, suportados por premissas internas e por cenários macroeconômicos prospectivos, cuja concretização pode impactar a capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos registrados.

Como conduzimos esse assunto
Os procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das projeções de resultados futuros e das análises econômico-financeiras que suportam as premissas de crescimento e rentabilidade da Companhia. Nesse contexto, avaliamos se o estudo foi elaborado de forma metodologicamente consistente com práticas de avaliação normalmente utilizadas e se as premissas adotadas são razoáveis, coerentes com o histórico de desempenho, com o orçamento/plano de negócios e com as condições operacionais da Companhia. Adicionalmente, avaliamos a natureza das diferenças temporárias e a base dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social utilizados na constituição dos ativos fiscais diferidos, bem como a consistência de sua mensuração. Também comparamos o lucro tributável projetado com o montante de ativos fiscais diferidos registrado, de modo a verificar se o reconhecimento não excede a capacidade estimada de realização, além de revisar a adequação das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os ativos fiscais diferidos reconhecidos e divulgados são apropriados, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

d) Demandas trabalhistas, cíveis e fiscais (notas 6q e 24)
A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. As estimativas de perda são revisadas periodicamente pela Administração, considerando, entre outros aspectos, as opiniões e avaliações dos assessores jurídicos internos e externos responsáveis pelo patrocínio das demandas.

A definição do montante das provisões e das divulgações aplicáveis, bem como a avaliação quanto à existência de obrigação presente e à probabilidade de saída de recursos, envolve julgamento significativo por parte da Companhia. Dada a natureza subjetiva inerente à constituição de provisões para demandas judiciais ou administrativas, ainda que suportada por assessoria jurídica, consideramos esse tema como um dos principais assuntos de auditoria, também em função do volume de processos e da relevância dos valores envolvidos.

Eventuais alterações nas estimativas, nos prognósticos e/ou nos julgamentos críticos da Administração sobre as probabilidades de êxito podem gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como conduzimos esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria abrangeram, entre outros: (i) a análise crítica das políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas para avaliação e classificação das contingências, incluindo a apreciação do grau de julgamento aplicado na mensuração dos valores registrados como provisões para demandas judiciais; (ii) a obtenção de respostas de circularização junto aos assessores jurídicos externos, contemplando os prognósticos de perda para a integralidade dos processos em curso, e o respectivo cruzamento dessas informações com os controles, estimativas e classificações preparados pela Administração; (iii) para processos selecionados, a avaliação da consistência e razoabilidade das estimativas elaboradas pela Administração e por seus assessores jurídicos, considerando o histórico e a evolução processual, as evidências disponíveis e, quando aplicável, o entendimento jurisprudencial pertinente; e (iv) a revisão das notas explicativas, com foco na adequação e clareza das divulgações.

Com base nas evidências obtidas, entendemos que os critérios, premissas e julgamentos utilizados pela Administração para determinar a probabilidade de perda das demandas, bem como a mensuração das provisões registradas e as divulgações apresentadas nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas comparativamente, incluindo as demonstrações do valor adicionado, foram objeto de auditoria conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 10 de março de 2025, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejam e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de março de 2026

Macso Legate Auditores Independentes CRC 2SP033482/O-3	Vagner Alves de Lira CRC CT N° 1SP 222941/O-8
--	---



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>